



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001569-65.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **CILMARA APARECIDA SOFIATO**
 Requerido: **SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

Cuida-se de ação de obrigação de fazer com pedido de indenização em danos morais proposta por **CILMARA APARECIDA SOFIATO** em face do **SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS - SAAE** alegando que não vem pagando sua conta de água corretamente em razão de doença do seu esposo (hepatite crônica). Requer que o réu seja obrigado a manter o abastecimento de água e que seja reconhecida a isenção no pagamento das contas. Juntou documentos.

A liminar foi deferida as fls. 30/31.

Citado, o réu apresentou contestação, com matéria preliminar, rechaçando ainda os fatos em que a autora fundamentou seu pleito, sustentando a possibilidade da suspensão do serviço (fls. 37/47). Juntou documentos.

Não foi apresentada réplica (fl. 69).

Especificação de provas as fls. 72/73 e 77.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, apesar do nome atribuído à ação não corresponder aos pedidos, não há inépcia da petição inicial, constituindo peça processual que permitiu ao réu o oferecimento de ampla defesa.

No mais, os fatos controvertidos estão bem definidos nos documentos encartados, sendo desnecessária a produção da prova oral, impondo-se o julgamento antecipado do pedido, na forma do artigo 355, inciso I, do CPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não obstante a incontroversa falta de pagamento das contas de consumo, a interrupção do fornecimento, diante da doença que acomete o marido da autora (fls. 14/24), colocaria em risco a própria vida do usuário, mostrando-se a medida excessiva e lesiva.

Nesse sentido:

“APELAÇÃO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - FORNECIMENTO DE ÁGUA – Interrupção do abastecimento em razão de débitos – Impossibilidade – Medida que se mostra excessivamente lesiva no caso em tela, porquanto colocaria em risco a própria vida de usuário que padece de grave enfermidade – Juízo de ponderação, no qual devem prevalecer os valores constitucionais da vida e saúde – Manutenção do entendimento adotado pelo Juízo a quo – Negado provimento.” (TJSP – Apelação nº 0013083-83.2013.8.26.0566, Relator(a): Hugo Crepaldi, Comarca: São Carlos, Órgão julgador: 25ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 18/02/2016, Data de registro: 18/02/2016)

Por outro lado, não é possível reconhecer a isenção do pagamento das contas de água, por falta de previsão legal, devendo subsistir o débito, sendo vedada apenas a interrupção do fornecimento, devendo ser confirmada a decisão liminar.

Posto isso posto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido constante da presente ação proposta, o que faço com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, apenas para tornar definitiva a decisão liminar de fls. 30/31, sendo improcedentes os demais pedidos.

Em razão da sucumbência recíproca, as partes responderão proporcionalmente pelo pagamento das custas e despesas processuais. Os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00, com fundamento no artigo 85, § 8º do CPC, deverão ser pagos por elas aos patronos da parte contrária, observada, com relação à autora, a regra prevista no art. 98, parágrafo 3.º, do mesmo Código.

Dispensa-se a remessa necessária.

Oportunamente, arquivem-se.

P.I.

São Carlos, 09 de setembro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**